

Preocupante: 8 milhões fora da escola.

A cada ano que passa, vem crescendo, "assustadoramente", não só o número de crianças em idade escolar que não frequentam a rede de ensino — já são oito milhões atualmente fora das salas de aula —, mas também os índices de repetência e a evasão escolar. Este preocupante diagnóstico da educação brasileira foi intensamente debatido ontem pelos 4 mil professores que participam do XX Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que se encerra hoje, em Porto Alegre, com a eleição da nova diretoria da entidade e aprovação do documento final do encontro, cujo tema central é "Constituição para uma nova escola".

Neste documento — que será, brevemente, entregue ao presidente José Sarney e ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen —, os professores vão sugerir ao governo federal uma modificação radical no atual sistema de ensino, visando elevar a sua dotação de recursos e uma revisão na legislação atualmente vigente.

Em relação à atual legislação educacional, os professores entendem como fundamental — segundo informou o secretário-geral e candidato à presidência da CPB, Tomaz Gilian Deluca Wonghon — uma revisão da Lei nº 5.692/71, que regulamenta todo o ensino de 1º e 2º graus no País. Lembrando que esta lei é "quase idêntica às legislações de outros países latino-americanos, criadas pelos povos mais desenvolvidos para criar mão-de-obra barata nos países periféricos", Tomaz Wonghon disse que, além de não ter sido discutida com a comunidade — e os professores reiteram a necessidade de a educação adaptar-se às características de cada região —, criou a obrigatoriedade da instituição dos cursos profissionalizantes no 2º grau, "que redundaram num grande fracasso".

Defendendo a valorização do ensino técnico a partir da criação de escolas desse tipo em várias regiões do País, até como alternativa para a crise universitária, Wonghon recordou que esta lei massificou a formação profissional: "Muitas escolas não tinham as mínimas condições de atender a este requisito". Segundo ele, esta legislação é uma das causas do "esfacelamento" dos estabelecimentos de ensino de nível técnico.

Outro ponto importante para a melhoria do nível do ensino brasileiro, lembrado pelo atual presidente da CPB, Niso Prego, é a necessidade de aumentar o volume de recursos, o que permitiria contratar um maior número de professores e melhorar a estrutura física das escolas, que, do "Oiapoque ao Chuí, se caracterizam pela extrema precariedade". De acordo com recente levantamento da diretoria regional nordestina da CPB, são inúmeros os casos de professores, principalmente os contratados pela rede municipal, cujos salários não excedem a Cz\$ 100,00, e foram encontrados casos de professores recebendo Cz\$ 70,00 por mês, Cz\$ 50,00 e até Cz\$ 30,00.

O presidente da associação dos professores do Ceará, Fausto Arruda, disse que em seu Estado, por exemplo, "é grande o número de casos de professores ganhando menos de Cz\$ 100,00 por mês". No município cearense de Alcântara, há o caso de uma professora que concluiu apenas a segunda série do primeiro grau e é responsável pelos alunos da primeira série, trabalho que lhe rende mensalmente Cz\$ 60,00. Os professores da rede pública estão reivindicando, em média, um piso salarial de três mínimos para o primeiro grau.